

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Petrobras entrará em leilões de pré-sal	2
Título: Governo planeja vender suas fatias nas usinas hidrelétricas	3
Título: Navalha na carne	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Petrobras vai exercer direito de preferência no pré-sal, diz ministro	5
Título: A pedido do TCU, Petrobras muda regras para desinvestimentos	6
Título: Notas	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Emissão bilionária da Cemig esbarra em preço	9
VEÍCULO: Correio Braziliense	10
Título: Petrobras: preferência em leilão	10
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: Aneel quer 'discussão mais ampla' de MP das elétricas	11
Título: Leilão de usinas da Cemig vai render R\$ 1,5 bi extra	12
Título: Destaques	13
Título: Petrobras retoma vendas pelo Amazonas	14
Título: Estatal sinaliza que exercerá direito de preferência em leilões	15
Título: Copel demite diretor	16
Título: Ômega registra pedido para abertura de capital	18
Título: Cemig diz que vai reavaliar sua estratégia na Light	19
Título: Governo descarta um aumento de capital na Eletrobras	21

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa e Ramona Ordonez****Título: Petrobras entrará em leilões de pré-sal**

Segundo Coelho Filho, estatal deverá exercer direito de preferência

A Petrobras vai exercer seu direito de preferência nos dois leilões de petróleo do pré-sal a serem realizados este ano no Brasil. A afirmação foi feita ontem pelo ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, no encontro "E agora, Brasil?" sobre o setor de energia, promovido pelo GLOBO ontem no Rio.

— Informalmente, eles (Petrobras) já sinalizaram à gente que irão sim sinalizar o interesse em algumas áreas. Eles estão analisando dentro da matemática deles. O (campo) que não tiver o direito de preferência vai para um processo de leilão comum. Eu acredito que ela deverá exercer nos dois. Mas isso é um comentário meu pessoal. Se você pegar nas áreas unitizadas (ou seja, que ultrapassam o limite de um campo já concedido), tem áreas que ela já é operadora. Então faz todo o sentido — disse o ministro, quando perguntado sobre o interesse da Petrobras nos certames.

MANUTENÇÃO DO REPETRO

Semana passada, durante apresentação de resultados, a Petrobras já havia informado que estava buscando oportunidades nos leilões para "recompor o portfólio". A estatal registrou lucro líquido de R\$ 4,4 bilhões no primeiro trimestre deste ano, ante prejuízo de R\$ 1,2 bilhão do mesmo período do ano passado.

O ministro disse que espera que a prorrogação do Repetro, regime especial de tributação do setor, que vence em 2019, seja aprovada antes dos leilões, em setembro este ano.

— Isso já está na Fazenda junto com a Receita Federal e nós estamos otimistas que isso vai sair. O Repetro vai vencer em 2019 e temos prazo. Defendemos que essa prorrogação saia o quanto antes da realização do leilão, que será em 27 de setembro. Nas reuniões internas, a indicação é que seja aprovado. É do interesse da União ter uma boa arrecadação nos leilões. Eles sabem a importância disso para ter um leilão com as condições mais atraentes — afirmou o ministro.

ESTRANGEIROS

Segundo ele, após as mudanças no regime da partilha, com o fim da obrigatoriedade de operação da Petrobras nos campos de pré-sal, e das novas regras de conteúdo local, o anúncio do calendário de leilões até 2019 traz previsibilidade à indústria, com maior contratação de serviços, como sísmica, e de profissionais. Todas as rodadas de petróleo podem gerar algo entre R\$ 8,5 bilhões e R\$ 9 bilhões de arrecadação ao governo este ano, destacou o ministro.

— Isso ajuda a fomentar a cadeia. O que nós queremos é explorar essas riquezas que são do povo brasileiro e no momento em que o país precisa dos royalties e dos empregos. Estive agora na feira de petróleo mundial em Houston, no Texas, e senti muito apetite das grandes operadoras mundiais, de empresas que não estão no Brasil e de companhias que estão querendo aumentar sua posição aqui. Há um ambiente propício para a atração de negócios — disse ele. ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa e Ramona Ordonez

Título: Governo planeja vender suas fatias nas usinas hidrelétricas

Belo Monte, Santo Antônio e Jirau estão nos planos, diz ministro

O governo federal planeja a venda de sua parte na usina de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará. Ao participar do seminário "E agora, Brasil?," promovido pelo jornal O GLOBO, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, disse que também está em discussão a venda das fatias nas usinas de Jirau e Santo Antônio, ambas no Rio Madeira, em Rondônia. — Se você perguntar se vou vender Belo Monte, eu digo que é possível. Sobre a venda de participação, Belo Monte, assim como Santo Antônio e Jirau, é mais viável para a Eletrobras — destacou o ministro.

Na usina de Belo Monte, o grupo Eletrobras, por meio de suas subsidiárias Chesf e Eletronorte, tem participação de 49,98%. Os fundos de pensão Petros, da Petrobras, e Funcef, da Caixa, têm 10% cada. O restante das ações é dividido entre Neoenergia, Cemig e Vale, entre outros. Todos esses acionistas estão reunidos na empresa chamada Norte Energia. A construção do empreendimento é alvo das investigações da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal.

Em fevereiro, parte dos acionistas da Norte Energia já havia contratado o Bradesco BBI para buscar potenciais investidores no Brasil e no exterior. A operação também contará com um banco internacional para tocar as negociações de venda. A usina é a terceira maior hidrelétrica do mundo, atrás apenas da chinesa Três Gargantas e de Itaipu Binacional.

Ontem, o ministro Coelho Filho disse ainda que o governo também vai avaliar a venda de sua parte na usina de Santo Antônio, detida através de Furnas, uma das empresas do grupo. Além de Furnas, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Cemig controlam a usina. — Santo Antônio tem um tag along (direito dos sócios minoritários a receberem as mesmas condições do controlador em caso de venda da empresa) que está sendo negociado pelo controlador. Se for interessante, a gente pode exercer ou não a nossa opção de fazer ou não a venda — disse o ministro.

INICIATIVA PRIVADA NA ELETRONUCLEAR

O governo federal pretende também chamar a iniciativa privada para, em associação com a Eletronuclear, a estatal responsável pela operação de usinas nucleares no Brasil, concluir as obras da usina nuclear de Angra 3, que estão paradas desde setembro de 2015 por estarem envolvidas pela Operação Lava-Jato.

O ministro explicou que deverá ser encaminhada proposta, para a reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que será realizada em junho próximo, de criação de uma SPE (Sociedade de Propósito Específico, que seria formada com a participação da Eletronuclear e a iniciativa privada). O ministro explicou que já foram gastos cerca de R\$ 9 bilhões na construção de Angra 3, e que valor semelhante será necessário para sua conclusão.

— O nosso governo não tem tempo suficiente para endereçar a questão da expansão da energia nuclear no Brasil. Mas queremos deixar a solução encaminhada. O governo não tem recursos, e a Eletrobras não dispõe. Então vai para o CNPE em junho uma proposta de criar uma SPE na qual o setor privado viria fazer o investimento, mas a operação ficaria a cargo da Eletronuclear — destacou o ministro.

Segundo a autoridade, a ideia na associação é a iniciativa privada ser o investidor, mas a operação da usina seria da Eletrobras, que detém o monopólio do setor nuclear. — A solução permitirá a retomada das obras possivelmente no final deste ano ou no início do ano que vem — destacou o ministro.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Anvelmo Gois

Título: Navalha na carne

No encontro “E agora, Brasil?”, promovido, ontem, pelo O GLOBO, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, estimou que o processo de desligamento

de servidores da Eletrobras pode alcançar umas dez mil pessoas, reduzindo de 24 mil para 14 mil o número de funcionários. A Eletrobras, como se sabe, lançou programas de incentivo à aposentadoria e à demissão voluntária.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Petrobras vai exercer direito de preferência no pré-sal, diz ministro

A Petrobras vai exercer o direito de preferência nos dois leilões do pré-sal previstos para 27 de outubro, mas não em todas as áreas leiloadas, disse nesta terça-feira (16) o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho.

O presidente da estatal, Pedro Parente, declarou em outro evento que a empresa vai olhar as licitações com "muito interesse".

"Eles informalmente já sinalizaram que irão sim exercer o direito de preferência em algumas áreas, e eles estão analisando na lógica da empresa", declarou o ministro a jornalistas, durante evento no Rio de Janeiro.

De acordo com regra recém-publicada, a Petrobras poderá decidir sobre a aquisição de áreas do pré-sal durante leilões de partilha de produção, nas disputas em que a petroleira exerceu o seu direito de preferência para ser a operadora de blocos.

"Ela vai exercer nos dois leilões... acredito que vai exercer nos dois, até porque nas áreas unitizáveis ela já é operadora e faz todo sentido exercer direito", completou o ministro.

Um dos leilões do pré-sal vai ofertar, na chamada segunda rodada, quatro áreas adjacentes a descobertas já realizadas, chamadas Carcará, Sapinhoá, Tartaruga Verde e Gato do Mato.

A não obrigatoriedade de ser a operadora única no pré-sal deu à Petrobras a flexibilidade de não se comprometer com os altos investimentos necessários para a exploração em águas ultraprofundas, caso estime que haverá um impacto muito grande em seu caixa, dependendo do lance do leilão.

Antes, empresa tinha a obrigação de ser operadora única, com no mínimo 30% de participação.

Na terceira rodada, serão ofertados os prospectos Pau-Brasil, Peroba, Alto de Cabo Frio-Oeste e Alto de Cabo Frio-Central. Nesta licitação, a expectativa é de uma arrecadação, somente com bônus de assinatura, de cerca de R\$ 4,5 bilhões.

Isso representa cerca de metade do total que o governo espera arrecadar com bônus em leilões deste ano, que incluem ainda uma licitação de áreas em regime de concessão, em setembro.

PARENTE

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, afirmou nesta terça-feira que há "excelentes áreas" tanto no pré-sal quanto no pós-sal, e que a companhia vai olhar "com muito interesse os próximos leilões".

"Vamos olhar todas as áreas. E aquelas de interesse da companhia dentro do processo de priorização de investimentos, nós vamos participar", declarou Parente a jornalistas, após evento em Londres.

Parente falou ainda sobre uma melhora recente do interesse de investidores pelo Brasil e pela Petrobras.

"Mais do que para a Petrobras, o que posso testemunhar é um enorme interesse... na volta do Brasil a fazer leilões, a oferecer áreas para operação especialmente no pré-sal brasileiro", afirmou ele, dizendo também estar "bastante otimista em relação à possibilidade de uma boa competição nestes leilões".

Tanto o ministro como Parente celebraram os resultados da captação de US\$ 4 bilhões de dólares em títulos pela Petrobras na véspera.

Para Coelho Filho, isso marca uma "nova fase" da empresa, enquanto Parente destacou que as taxas aceitas foram positivas para a companhia. "Achamos que temos boas notícias, boas coisas acontecendo na companhia...", disse o presidente da Petrobras.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: A pedido do TCU, Petrobras muda regras para desinvestimentos

A Petrobras anunciou nesta terça (16) as novas regras de seu programa de parcerias e desinvestimentos, que havia sido suspenso por determinação do TCU

(Tribunal de Contas da União). O primeiro teste será a venda do campo de gás Azulão, no Amazonas, anunciada na noite de segunda (15).

Seguindo recomendação do TCU, que autorizou em março a retomada do plano, a estatal tenta dar mais transparência e abrir a competição ao permitir que um número maior de empresas participem das negociações. Manteve, porém, uma regra de conversas diretas com companhias escolhidas para parcerias estratégicas.

Com a meta de captar US\$ 21 bilhões até 2018, o programa de desinvestimentos foi lançado com o objetivo de reduzir o alto endividamento.

Em 2016, a empresa arrecadou US\$ 13,6 bilhões com venda de subsidiárias como a distribuidora de gás de botijão Liquigás e a transportadora de gás NTS (Nova Transportadora do Sudeste).

Até a suspensão do programa pelo TCU, em dezembro, as negociações eram feitas apenas com empresas convidadas pela Petrobras e por bancos contratados para assessorar as vendas.

Agora, além dos convites, a estatal publicará um prospecto de cada ativo em sua página da internet, possibilitando que outras empresas entrem na disputa.

Ao todo, durante o processo de venda, ao menos cinco comunicados ao mercado serão distribuídos —três a mais do que o usual no modelo anterior. Além do comunicado sobre o prospecto, a Petrobras anunciará a evolução das negociações até a sua conclusão.

A escolha do vencedor passa a seguir um modelo de leilão sempre que a diferença entre as propostas for menor do que 10% do valor do ativo. Nesse caso, o concorrente que deu o menor lance poderá refazer sua proposta.

Com o objetivo de melhorar também a governança, a diretoria-executiva da estatal participará da aprovação de seis etapas, quatro a mais do que no modelo anterior.

PARCERIAS

A empresa, porém, decidiu manter a possibilidade de negociação direta para parcerias, como a fechada com a francesa Total no fim de 2016, já após a suspensão das vendas pelo TCU.

A justificativa é que as parcerias são associações entre duas empresas e trazem também ganhos de conhecimento tecnológico. No caso da Total, por exemplo, a

Petrobras diz que a experiência da sócia na costa oeste da África pode ajudar a desenvolver reservas no Brasil.

Houve apenas a inclusão de um limite para venda integral de ativos dentro da parceria, equivalente a 20% do valor total da operação –o restante tem que se limitar à venda parcial.

No caso da parceria com a Total, que movimentou US\$ 2,2 bilhões, a francesa ficou com 78% da fatia da Petrobras no campo de Lapa e 34% da participação da estatal na área de Iara, ambos no pré-sal. Além disso, entrou com 50% do capital em duas térmicas na Bahia.

AZULÃO

Descoberto em 1999, mas ainda sem operações, o campo de Azulão será o teste do novo modelo. O prospecto foi divulgado no site da Petrobras na segunda.

A empresa diz que o campo "possui volume significativo de gás" e que está em uma área que pode servir para a construção de uma usina termelétrica.

Poderão participar da competição empresas que têm experiência na produção de petróleo e gás e na operação de termelétricas, com geração de pelo menos 200 MWh.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado / colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Notas

Combustível nordestino

A pernambucana Total Combustíveis começará a atuar no Estado de São Paulo até o fim de junho, de acordo com Roberto Soares, diretor da distribuidora.

A companhia familiar acaba de adquirir participação em um condomínio logístico em Paulínia. O valor da transação não foi revelado.

Na sequência, o objetivo é atender as cidades paulistas de Ribeirão Preto e Guarulhos. Com a chegada a São Paulo, a distribuidora começa a deixar de ser regional para se tornar nacional, afirma Soares.

A empresa prevê investir, até 2018, de R\$ 20 milhões a R\$ 30 milhões em seus terminais de distribuição de combustível. Os recursos que serão usados são próprios.

"Nosso plano de investimentos inclui tanto a automação de empreendimentos já existentes como a construção de novos terminais."

Neste ano, além da aquisição, a Total desenvolveu, em parceria com a consultoria francesa Diagma, uma área para reduzir custos logísticos e de transporte.

RAIO-X Total Combustíveis

R\$ 6 bilhões foi o faturamento estimado da Total em 2016

14 são os Estados em que a empresa atua, além do Distrito Federal

150 são os postos da Total

2.100 são os postos de terceiros atendidos

Imposto da Bolívia

As distribuidoras de gás preparam uma proposta para mudar a tributação do gás natural importado da Bolívia, que deverá ser levada ao Ministério de Minas e Energia.

O combustível boliviano é taxado apenas no Mato Grosso do Sul, por onde ele chega —isso gera um embate com Estados como São Paulo, que defendem que a tarifa seja cobrada no local de consumo.

Em 2019, porém, quando vence o contrato da Petrobras com a Bolívia, as distribuidoras passarão a ter contratos diretos, e a tributação mudará de qualquer forma, diz Augusto Salomon, presidente da Abegás (entidade do setor).

"Queremos uma regra de transição para que não haja uma perda brusca ao MS, além de criar uma equalização das alíquotas e a tributação por Estado de destino."

Segundo o ministério, o tema será tratado no programa Gás para Crescer —que a Abegás abandonou após se desentender com outros agentes.-

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Fernanda Guimarães

Título: Emissão bilionária da Cemig esbarra em preço

A captação de US\$ 1 bilhão em bônus de sete anos da Cemig está represada pelo prêmio (preço) que os investidores estrangeiros vêm exigindo para colocar os

papéis da companhia em suas carteiras. Nas apresentações feitas no exterior este mês, os investidores indicaram que levariam os bônus se o retorno estivesse na casa de 9%, patamar considerado alto para a companhia. Ao retorno de 8,5%, a Cemig sinalizou que poderia fechar, mas os investidores não se animaram pelo volume elevado envolvido na captação. Para decolar a emissão, a empresa também precisa ser mais clara em relação ao seu plano de negócios, basicamente, de desinvestimento. Após divulgar seu resultado hoje, a companhia prometeu entregar em breve um novo plano de venda de ativos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Andreza Matais / Marcelo De Moraes

Título: Nota

» **Chumbo.** O TCU deve multar hoje a ex-presidente da Petrobrás Graça Foster por omissões no Comperj.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobras: preferência em leilão

A Petrobras terá preferência em algumas áreas nos dois leilões de petróleo do pré-sal marcados para o segundo semestre do ano, disse ontem o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho. A lei que exigia a obrigatoriedade de participação de 30% da estatal, inclusive como operadora única, mudou. Conforme nova regra, recém-publicada, a petroleira pode decidir sobre a aquisição de áreas do pré-sal durante leilões nas disputas em que exerceu o direito de preferência para ser operadora de blocos.

“A Petrobras ocupará sempre um papel importante, até porque a lei garante a ela essa preferência. Informalmente, sinalizaram que a companhia irá, sim, exercer o direito em algumas áreas. Onde não tiver preferência, vai para processo de leilão comum”, informou Coelho Filho, em evento no Rio de Janeiro. O presidente da Petrobras, Pedro Parente, declarou, em Londres, que a empresa vai olhar as licitações com “muito interesse”.

As próximas rodadas dos campos de concessão e do pré-sal estão previstas para ocorrer em 27 de setembro e 27 de outubro. Um dos leilões do pré-sal vai ofertar, na segunda rodada, quatro áreas adjacentes a descobertas já realizadas, chamadas Carcará, Sapinhoá, Tartaruga Verde e Gato do Mato. “Nas áreas

unitizáveis, a Petrobras é operadora e faz todo sentido exercer o direito”, afirmou o ministro.

Na terceira rodada, serão ofertados os prospectos Pau-Brasil, Peroba, Alto de Cabo Frio-Oeste e Alto de Cabo Frio-Central. Nesta licitação, a expectativa é de uma arrecadação de R\$ 4,5 bilhões com bônus de assinatura. Para Parente, há excelentes áreas tanto no pré-sal quanto no pós-sal. “Vamos olhar todas. E aquelas de interesse da companhia, dentro do processo de priorização de investimentos, nós vamos participar”, declarou o presidente da estatal, em Londres.

Otimismo

Parente comentou sobre uma melhora recente do interesse de investidores pelo Brasil e pela Petrobras. “Estou bastante otimista em relação à possibilidade de competição nos leilões”, disse. Tanto o ministro como Parente celebraram a captação de US\$ 4 bilhões em títulos pela Petrobras.

A Petrobras colocou à venda 100% de sua participação no Campo de Azulão, na Bacia do Amazonas, segundo fato relevante da companhia divulgado na noite de segunda-feira. Conforme a nota da empresa, o campo “consiste numa oportunidade para desenvolver e monetizar uma descoberta de gás, perto de excelente infraestrutura, em região acessível por boas estradas e para transmissão de energia”.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Brasil
Autor:	Rafael Bitencourt
Título:	Aneel quer 'discussão mais ampla' de MP das elétricas

A proposta de pôr fim ao modelo de cotas de energia, envolvendo as hidrelétricas que renovaram as concessões em 2013, precisará ser discutida "de maneira mais ampla" na avaliação do diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino. Um mecanismo de "descotização" foi considerado em debate dentro do governo sobre uma reforma do setor com a edição de medida provisória (MP), conforme informou o Valor na semana passada.

Para Rufino, é importante que a previsão de forte alta nas tarifas seja considerada. "Se tiverem sensibilidade com o impacto disso na tarifa possivelmente não farão", disse. Ele considera que as cotas pressupõem a redução drástica das tarifas de usinas que já tiveram o custo de construção amortizado. Foi essa a principal alegação da então presidente Dilma Rousseff para assinar a controversa Medida Provisória 579, de 2012, que prometia reduzir

tarifas com a renovação antecipada das concessões. "Conceitualmente, essa é uma questão absolutamente correta: o consumidor pagou, amortizou a usina e se apropriou da 'renda hidráulica'", afirmou Rufino.

O diretor geral da Aneel explicou que o mesmo conceito também é usado na decisão de cobrar pela outorga de usinas relicitadas, mas em benefício da arrecadação do governo.

"A cobrança pela outorga é uma bonificação para quem?", questionou Rufino. "É para o Tesouro, pois o consumidor está pagando [via tarifa] um valor a mais que o governo está arrecadando". No leilão das quatro usinas da Cemig, é esperada a arrecadação de R\$ 11,6 bilhões nesse ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt

Título: Leilão de usinas da Cemig vai render R\$ 1,5 bi extra

O leilão das quatro hidrelétricas da Cemig, com contratos vencidos ou prestes a vencer, renderá uma arrecadação adicional de R\$ 1,5 bilhão neste ano que não era considerada inicialmente pelo Tesouro. O diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, explicou que o valor decorre da indenização devida à companhia mineira, que será quitada somente em 2018. Com isso, a totalidade da receita com o bônus de outorga, no valor de R\$ 11,6 bilhões, entrará no caixa da União livre de descontos. Em março, o Ministério da Fazenda espera receber R\$ 10,1 bilhões esse ano.

A preocupação com o cumprimento dos prazos, que vai assegurar o ganho de receita ainda em 2017, levou o governo a prometer a publicação de resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), ainda ontem, para permitir a abertura de audiência pública sobre a minuta do edital. A decisão, que sairia em edição extra do "Diário Oficial da União", não foi confirmada.

Após o debate com o setor, a agência analisará as contribuições para fazer os ajustes finais antes de lançar o edital. Daí, então, começará a contagem do prazo de 30 dias para realizar o leilão. De praxe, o pagamento do bônus de outorga é realizado no mês seguinte à disputa, no ato de assinatura dos contratos.

Rufino explicou que a Cemig tem direito de receber a indenização porque realizou investimentos que não foram amortizados até o final da concessão. Segundo ele, boa parte das regras será semelhante às usadas na oferta de 29 usinas com contratos vencidos em 2015. Na época, o governo assegurou R\$ 17 bilhões em bônus de outorga.

O leilão das usinas da Cemig está previsto para setembro. Serão oferecidas as concessões de Jaguará, Miranda, São Simão e Volta Grande que respondem por de 2,9 mil megawatts (MW) de potência. O diretor Aneel disse que não deverá haver restrições à participação das empresas do setor, nem mesmo da Cemig. Segundo ele, os interessados poderão adquirir mais de uma concessão de usina.

Mesmo sem a decisão do CNPE, a Aneel deu segmento à preparação das usinas para a licitação. Ontem, Jaguará teve toda a energia destinada às distribuidoras pelo regime de cotas. Há menos de dois meses, o governo federal conseguiu derrubar a liminar que mantinha a concessão com a Cemig. A disputa na Justiça teve início quando a companhia decidiu não aderir à renovação da concessão, lançada com a polêmica Medida Provisória 579, de 2012. Sem sucesso, tentou assegurar a renovação automática dos contratos mantendo o antigo patamar de receita.

Agora, a Cemig continuará prestando o serviço de geração, em caráter temporário, pelo regime de cotas até a escolha de um novo concessionário. Nessa modalidade a remuneração é mais baixa, baseada apenas na cobertura dos custos de operação e manutenção.

Ontem, Rufino disse que a tarifa de geração das usinas negociadas no leilão sofrerá uma elevação significativa para compensar o bônus de outorga que será pago pelas vencedoras. O diretor da Aneel ironizou dizendo que esse mecanismo levará o consumidor a assumir o custo de uma "tarifa bonificada".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Cemig admite falhas

A Cemig arquivou ontem seu formulário 20-F junto à Securities and Exchange Commission (SEC), agência reguladora do mercado de capitais americano. O prazo regulamentar para arquivamento terminou em 1º de maio, mas a empresa havia solicitado um tempo extra, até 16 de maio. No documento, a Cemig diz que identificou deficiências de controles internos na elaboração de suas demonstrações contábeis de 2016. Conforme a empresa, a deficiência se refere a um controle interno que deveria assegurar que todas as transações contábeis complexas e incomuns tiveram análise adequada. A falha resultou em conclusões incorretas sobre duas transações. Uma delas diz respeito à declaração de fluxo de caixa nos quatro trimestres de 2016. A outra falha diz respeito a julgamentos e pressupostos relacionados a benefícios pós-aposentadoria.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito****Título: Petrobras retoma vendas pelo Amazonas**

O campo de Azulão, no bloco BA-3, na Bacia do Amazonas, é oficialmente o primeiro projeto a ser oferecido ao mercado, no âmbito do nova sistemática de venda de ativos da Petrobras, que incorpora os ajustes exigidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O campo foi o primeiro ativo a ter o "teaser" (alerta de venda) enviado ao mercado, por meio de fato relevante divulgado na noite de segunda-feira.

Localizado no município de Silves (AM), a 210 quilômetros a leste da capital Manaus, o campo de Azulão tem potencial para gás natural. A descoberta de hidrocarbonetos no local ocorreu em 1999 e a declaração de comercialidade foi feita em maio de 2004. A estratégia da Petrobras era construir uma termelétrica no local, inscrevendo o projeto em um leilão de geração de energia nova. O empreendimento, porém, não avançou.

Pela nova sistemática, o lançamento do teaser é o "pontapé inicial" do processo de venda do campo de Azulão

Isso quer dizer que, na prática, o processo de venda de Azulão está mais avançado, por exemplo, que o processo da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, ou que a venda da participação da Petrobras na subsidiária que concentra ativos na África. Na última semana, a petroleira havia informado que esses dois ativos constavam da recomposição da carteira de desinvestimentos. Mas ainda não foram lançados "teasers" sobre os dois negócios. Da mesma forma, o processo de venda da BR Distribuidora, um dos ativos mais aguardados do plano de desinvestimentos da estatal, ainda precisa ser divulgado ao mercado, em fato relevante.

Pela nova sistemática, cada ativo tem um processo de venda específico. Esse processo é estruturado pela área interna da Petrobras e levado à diretoria executiva. Após a aprovação da diretoria, o processo é anunciado ao mercado, por meio de fato relevante e lançamento do "teaser".

A Petrobras enviará a potenciais compradores, já identificados por ela ou pelos bancos que a assessoram no projeto, o "teaser" de venda de Azulão. Ao mesmo tempo, alguma empresa que tenha interesse no negócio e não tenha sido convidada pela estatal pode, a partir do fato relevante, entrar em contato com a companhia pedindo sua inclusão no processo de negociação de venda do ativo, desde que preencha os critérios técnicos e econômico-financeiro estabelecidos.

No caso de Azulão, a proposta da Petrobras prevê a venda de 100% de participação no campo. O valor estimado pela companhia e o número e nome dos proponentes compradores não são divulgados, para não afetar a competitividade e possibilitar à estatal o maior retorno possível com o negócio.

Ainda pela nova sistemática, todas as principais etapas subsequentes de cada projeto de desinvestimento serão divulgadas ao mercado, por exemplo o início das não-vinculante e vinculante, a concessão de exclusividade para negociação, a aprovação da transação pela diretoria e conselho e o fechamento da operação, após o aval das autoridades.

Se houver qualquer mudança no processo de venda, por exemplo a alteração do percentual de participação que será vendido, o processo deve voltar à etapa inicial, com a divulgação de novo "teaser". Não há prazo definido para o cumprimento de cada etapa.

A Petrobras mantém a meta de desinvestimentos de US\$ 21 bilhões para o biênio 2017-2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Estatal sinaliza que exercerá direito de preferência em leilões

A Petrobras já sinalizou ao governo que pretende exercer o direito de preferência pela operação de algumas, mas não todas, as áreas do pré-sal da segunda e terceira rodadas de partilha, em outubro. A informação foi dada ontem pelo ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, que vê com otimismo o interesse das grandes petroleiras globais pelas duas licitações, que, juntas, exigirão um bônus mínimo de assinatura de R\$ 7,75 bilhões.

"Informalmente já sinalizaram à gente que irão exercer o direito em algumas áreas. Estão ainda analisando detalhadamente, dentro da lógica empresarial da companhia... Já sinalizaram que em alguns [casos] sim, mas não exercerá em todas [as áreas]", afirmou Coelho Filho, a jornalistas, no seminário "E agora, Brasil?", organizado pelo jornal "O Globo".

Ele disse acreditar, "pessoalmente", que a estatal participará das duas próximas rodadas e que "faz sentido" que ela apresente ofertas no leilão das áreas unitizáveis da União (áreas do pré-sal não licitadas e que se conectam a descobertas cujos reservatórios extrapolam os limites da concessão de blocos já licitados). A rodada ofertará quatro áreas, sendo duas delas adjacentes a descobertas operadas pela própria companhia (Tartaruga Verde e Sapinhoá).

Já a 3ª rodada de partilha ofertará outras quatro áreas: Peroba, Pau Brasil, Alto de Cabo Frio-Central e Alto de Cabo Frio-Oeste.

O ministro acredita, ainda, que as mudanças feitas pelo governo, na política de conteúdo local e no fim da operação única do pré-sal, criarão um ambiente "muito propício" para o "sucesso dos leilões".

"Estive na Offshore Technology Conference (OTC), em Houston, e senti bastante apetite das grandes operadoras mundiais, de novos operadores que não estão no Brasil, de outras que já estão no país e poderiam aumentar a sua posição", afirmou Coelho Filho, que reiterou o compromisso do governo de anunciar antes dos leilões a extensão do Repetro, o regime aduaneiro especial para o setor de óleo e gás.

Pelas regras do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a Petrobras deve informar antecipadamente as áreas nas quais têm interesse de ser operadora com participação de pelo menos 30%. O decreto também permite que a companhia desista dessas áreas, caso haja disputa no leilão e abre espaço para que a petroleira dispute "em condições de igualdade com os demais licitantes" blocos para os quais não tenha demonstrados interesse previamente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Copel demite diretor

A estatal paranaense Copel anunciou ontem, durante teleconferência com analistas, que Adriano Rudek de Moura é o novo diretor financeiro e de relações com investidores da companhia, substituindo Luiz Eduardo Sebastiani. Não houve, porém, um comunicado formal da saída de Sebastiani. Na teleconferência, o presidente da companhia, Sergio Guetter, fez apenas uma apresentação formal do novo diretor, lendo alguns trechos do seu currículo.

De acordo com a imprensa local, a demissão tem relação com um impasse com o governo do Paraná - principal sócio da companhia - sobre a distribuição de dividendos. Enquanto Sebastiani, como diretor financeiro, defendeu a distribuição do montante mínimo do lucro aos acionistas, equivalente a 25% do total, o conselheiro Mauro Ricardo Costa, secretário da Fazenda do Paraná, defendeu o pagamento de 50% do lucro.

Na ocasião, a visão de Sebastiani sobre os dividendos havia prevalecido. Durante a assembleia geral ordinária (AGO), porém, foi aprovada a distribuição de R\$ 506,212 milhões aos acionistas, 50% do lucro líquido ajustado de 2016.

Em reunião no dia 27 de abril, os conselheiros Sandra Guerra e Sergio Weguelin chegaram a solicitar que fosse registrada na ata do encontro o "desalento e perplexidade" com que viram a "iminente demissão" de Sebastiani.

Eles destacaram que todas as apresentações e manifestações feitas por Sebastiani mostraram não apenas sua dedicação ao trabalho, "mas, sobretudo, seu comprometimento com a busca por melhores resultados para a empresa".

"Sendo assim, não nos parece adequado que a sua demissão tenha sido decidida sem que os conselheiros que vêm acompanhando o seu trabalho tenham sido consultados", disseram Sandra e Weguelin na manifestação.

Eles relataram ainda ter presenciado um debate entre Sebastiani e "um dos conselheiros" sobre a distribuição de dividendos.

"Nessa ocasião, o diretor financeiro referendou a contenção ao mínimo legal do montante de dividendos a serem distribuídos, contrapondo-se à proposta que sugeria uma distribuição muito mais elevada dos resultados", disseram os conselheiros. A argumentação dele, que teve o apoio dos demais, tinha como justificativa a necessidade de não colocar em risco o endividamento da companhia, ao mesmo tempo em que garantiria a execução de investimentos necessários na empresa.

A empresa tem R\$ 2,7 bilhões em dívidas vencendo no curto prazo. No fim do primeiro trimestre, a dívida líquida da companhia chegou a R\$ 9 bilhões, com uma alavancagem de 2,3 vezes. A direção da companhia acredita que não terá problemas em rolar a dívida de curto prazo.

Essa não seria a primeira vez que o governo de Beto Richa (PSDB) interfere financeiramente na Copel. Em 2013, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou um reajuste médio de 14% para a Copel Distribuição. No entanto, foi aplicado um aumento de 9%, depois que a companhia e o regulador chegaram a um acordo para que a diferença adicional constasse no reajuste do ano seguinte. Em 2014, ano eleitoral, a situação se repetiu. A Copel havia pleiteado reajuste de 32,45%, e a Aneel aprovou aumento médio de 30,78%. Contando o montante diferido de 2013, o índice foi de 35,05%.

O governador, então, se manifestou por meio do Twitter se dizendo "surpreendido" com a decisão da Aneel, e disse que iria pedir a suspensão da alta nos preços. O resultado foi que a Copel reduziu o reajuste daquele ano - um dos mais complicados para as distribuidoras de energia, que sofriam com a desconstrução involuntária - para 24,86%. O restante foi diferido para o ano seguinte.

O bom resultado da Copel no primeiro trimestre superou os conflitos de governança e as ações da estatal tiveram alta no pregão de ontem. A PNB subiu 4,27%, a R\$ 30,55. Já a ordinária teve alta de 3,67%, a R\$ 24.

O resultado, que superou as estimativas do mercado, foi afetado positivamente pela recuperação no consumo residencial, pelas indenizações de ativos de transmissão e pelo reconhecimento de ganhos com energia secundária.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Camila Maia, Juliana Machado e Carolina Mandl

Título: Ômega registra pedido para abertura de capital

A Ômega Geração planeja se capitalizar por meio uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) para fazer frente a oportunidades de aquisições de ativos operacionais de geração de energia. O objetivo da companhia, que registrou esta semana na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pedido de realização da oferta, é também utilizar os recursos para os negócios atuais da empresa, que concluirá no primeiro semestre um investimento de R\$ 1,5 bilhão em um complexo eólico no Maranhão.

"Pretendemos utilizar integralmente os recursos líquidos captados na oferta [...] na aquisição de ativos de geração de energia elétrica operacionais, que possam contribuir com nossa estratégia de crescimento e consolidação, bem como para a condução dos negócios ordinários da companhia [...]. Esperamos realizar as referidas aquisições utilizando tanto os recursos provenientes da oferta como também, potencialmente, recursos oriundos da nossa própria geração de caixa e de financiamentos que podemos contratar", informou a Ômega no prospecto preliminar.

O plano da Ômega de realizar um IPO foi antecipado pelo Valor no início de abril. Na ocasião, de acordo com a reportagem, o objetivo da operação era obter recursos novos para a empresa.

De acordo com o prospecto da operação, a oferta será de distribuição primária e secundária de units, ou seja com dinheiro de caixa e ações em posse de atuais acionistas. No caso da oferta secundária, os vendedores são os fundos de investimento em participações (FIP) WP Income e BJJ Income.

A operação será feita por meio da instrução número 400 da CVM, ou seja, sem esforços restritos, e é sendo coordenada pelos bancos BTG Pactual, Bank of America Merrill Lynch (BofA), Bradesco BBI, Itaú BBA, Santander e pela corretora

XP Investimentos. A Ômega quer listar as ações no nível 2 de governança da bolsa. Não há informações sobre o tamanho da oferta.

Fundada em 2008, a Ômega tem como sócios fundos das gestoras de private equity Tarpon Investimento e Warburg Pincus, com 61,4% e 37,7%, respectivamente.

Em entrevistas recentes ao Valor, o presidente da Ômega Geração, Antonio Bastos, contou que a estratégia principal do grupo era crescer por meio de desenvolvimento de projetos próprios de energias renováveis, entre eles complexos eólicos e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

O objetivo era arrematar contratos de energia de longo prazo em leilões realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Não estavam descartadas, no entanto, oportunidades de fusões e aquisições.

O problema é que o leilão mais aguardado do tipo, no fim de 2016, foi cancelado devido ao cenário de sobreoferta das distribuidoras. Até o momento, o governo não bateu martelo sobre a realização de um leilão este ano. E, ainda que ocorra alguma licitação do tipo em 2017, é provável que seja contratado um volume baixo de energia. Então, a Ômega tem buscado crescimento via aquisições.

Com a conclusão do empreendimento no Maranhão, o parque gerador da companhia alcançará 500 megawatts (MW) de capacidade instalada. O portfólio da empresa inclui ainda 3,6 mil MW de projetos eólicos e de PCHs.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e André Ramalho

Título: Cemig diz que vai reavaliar sua estratégia na Light

A oferta subsequente de ações da Light não foi cancelada, mas suspensa até que a Cemig, controladora da companhia, reavalie sua estratégia futura quanto à participação na empresa carioca.

"A oferta foi paralisada para que possamos definir estrategicamente qual nosso caminho na participação na Light", disse ontem Adézio de Lima, diretor financeiro e de relações com investidores da Cemig, durante teleconferência dos resultados do primeiro trimestre.

Segundo o diretor financeiro, a Cemig tem a aprovação para fazer a oferta subsequente, mas o tamanho vai depender de alguns fatores ainda não definidos.

A estatal mineira ainda precisa bater o martelo sobre a proporção entre oferta secundária e primária das ações da Light.

A oferta faz parte do programa de venda de ativos da companhia, que tem a finalidade de reduzir o seu nível de endividamento.

A operação oferece, ainda, uma saída para a Cemig em relação à opção de venda exercida pelo grupo de bancos - BTG Pactual, Banco do Brasil, Santander e Votorantim - na Light.

Inicialmente, o plano da estatal mineira era diluir sua participação na Light no aumento de capital, evitando estatizar a companhia com a compra da parcela dos bancos.

Para assegurar o controle minoritário - o suficiente para ditar os rumos da Light, mas não para estatizá-la formalmente -, foi proposta também uma alteração estatutária, com a inclusão de uma pílula de veneno (ou "poison pill") determinando que qualquer novo acionista que alcance fatia de 25% das ações tenha que fazer uma oferta pela participação dos demais.

A ideia era a Cemig permanecer com uma fatia superior a barreira dos 25%, com o controle da companhia. A assembleia que iria deliberar sobre a proposta foi cancelada por falta de quórum, depois que a própria Cemig não compareceu, por haver divergências quanto ao plano proposto.

Enquanto a Cemig avalia a estratégia no controle da Light, a companhia carioca segue se esforçando para reduzir seu endividamento. A empresa encerrou março com uma relação entre dívida líquida e Ebitda de 3,5 vezes, ante 3,72 vezes no fim de dezembro de 2016.

Em teleconferência realizada ontem, a presidente da Light, Ana Marta Horta Veloso, disse que espera condições melhores para a rolagem da dívida da companhia, diante da melhoria dos ratings da empresa. A dívida líquida da empresa no fim de março era de R\$ 6,413 bilhões.

"Esperamos a melhoria nos resultados para equacionar a dívida remanescente. Tivemos um 'upgrade' [melhoria] do rating e outras agências de risco estão revisando o rating da Light", afirmou Ana Marta, em referência à Moody's. A agência revisou a classificação da companhia, em escala nacional, para Baa1.br, com perspectiva positiva.

Ana Marta disse também que a companhia segue aberta a "propostas para otimização" do seu portfólio de ativos e que tem mantido negociações para desinvestimentos "em estágios diferentes de maturação".

A executiva citou como exemplo o contrato assinado com a AES Tietê, para a venda de sua participação no complexo eólico Alto Sertão II, da Renova Energia pelo valor de R\$ 600 milhões. A Renova é controlada pela Cemig.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Governo descarta um aumento de capital na Eletrobras

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, descartou uma nova capitalização do governo na Eletrobras, neste momento. Ele destacou que a estatal ainda tem "deveres de casa" a fazer para gerar caixa, como cortar custos e vender ativos, e que a companhia pode incluir inclusive as hidrelétricas Belo Monte, Jirau e Santo Antônio em seus desinvestimentos.

"As SPEs [sociedades de propósito específico onde a Eletrobras e suas controladas têm participação] são todas passíveis de análise para desinvestimento, entre elas as três mais emblemáticas: Santo Antônio, Jirau e Belo Monte", disse.

Ele explicou que, dentre todos esses ativos, o caso mais concreto hoje é o de Santo Antônio, já que a Odebrecht, sócia da Eletrobras no projeto, está negociando com os chineses a venda de suas respectiva fatia na hidrelétrica.

"Vamos vender Belo Monte? É possível. No caso de Santo Antônio já há um tag along [extensão de uma oferta a acionistas minoritários] que está sendo negociado. Se for interessante, podemos exercer ou não a opção de fazermos a nossa venda [da participação da Eletrobras no projeto]", complementou o ministro, durante evento promovido pelo jornal "O Globo".

Coelho Filho disse, ainda, que os desinvestimentos da Eletrobras serão usados para melhorar o perfil da dívida da companhia. E afirmou que o governo não vê hoje a capitalização da Eletrobras como "solução", por "solidariedade" à crise fiscal da União.

"Para fazer frente as nossas necessidades, antes de estarmos demandando esforço do governo, estamos [a Eletrobras] fazendo nossos dever de casa. Se precisarmos, vamos mostrar todo o esforço que já foi feito, e dizer que estamos [a Eletrobras] precisando de ajuda [apoio financeiro do governo]. Mas tem muita coisa a ser feita internamente ainda", comentou.

Ele disse também que o Conselho de Política Energética (CNPE) deve analisar em junho uma proposta para criação de uma SPE, para a usina nuclear Angra 3. O objetivo é atrair um sócio privado para investir na conclusão da unidade, que

demandará entre R\$ 8 bilhões e R\$ 9 bilhões em investimentos, em cinco anos de trabalho.

MME / ASCOM .